

**AS DIREITAS E A MÍDIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS EDITORIAIS DE
O ESTADO DE S. PAULO E DE O GLOBO NA POSSE DE BOLSONARO**

Gustavo Fernandes Paravizo Mira
Doutorando em Ciências Sociais no PPGCSO UFJF
Contato: gustavoparavizo@gmail.com

Caio Cardoso de Queiroz
Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas - PósCom UFBA
Professor Assistente – University Canada West
Contato: caio.cardoso@ucanwest.ca

**Trabalho preparado para sua apresentação no 12º Congresso Latinoamericano de
Ciência Política, organizado pela Associação Latinoamericana de Ciência Política
(ALACIP). Lisboa, 17 a 20 de julho de 2024.**

As direitas e a mídia no Brasil: uma análise dos editoriais de O Estado de S. Paulo e de O Globo na posse de Bolsonaro

RESUMO

Propomos neste artigo uma análise de conteúdo dos editoriais de O Estado de S. Paulo e O Globo na ocasião da posse de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil, sob a hipótese de que há uma conversação entre campos semânticos à direita e a opinião de jornais de referência. Consideramos que a emergência da chamada “nova” direita está intimamente ligada às reconfigurações da política num plano global, mas possui característica própria no Brasil, onde a direita tem longo histórico de atuação também dentro dos espaços de mídia. Dado o caráter comunicativo das democracias e a estrutura midiacentrada do país, a linha editorial destes *quality papers* deve ser investigada no intuito de conhecermos melhor o que pensam e como se apropriam das discussões em voga no relevo político. Afinal, é possível observar circularidade entre os campos semânticos mobilizados à direita e a opinião dos jornais na ocasião da posse de Jair Bolsonaro? Podemos supor continuidades entre o que pensam os jornais e a expressão política de grupos ligados à direita emergente? Para responder a estas questões, investigamos a construção discursiva dos jornais neste espaço privilegiado de diálogo em que os veículos exprimem preferências políticas e se dirigem à sociedade e demais instituições. Através de técnicas de análise de conteúdo, damos ênfase às principais ideias-força mobilizadas nos editoriais e com flagrante expressão no mundo político. Encontramos evidências de que, em diferentes níveis, o antipetismo e os princípios neoliberais foram elementos centrais nas peças, em detrimento de pautas relacionadas ao conservadorismo moral, característicos da nova direita.

Palavras-chave: Editoriais; Novas direitas; O Estado de S. Paulo; O Globo; Jair Bolsonaro.

ABSTRACT

In this paper, we propose a content analysis of the editorials from O Estado de S. Paulo and O Globo at the time of Jair Bolsonaro's inauguration as President of Brazil, under the hypothesis that there is a conversation between the right-wing semantic fields and the opinions of Reference Newspapers. We consider that the emergence of the so-called "new" right is closely linked to the global political reconfiguration but has its own characteristics in Brazil, where the right-wing has a long history of media activities. Given the communicative nature of democracies and the media-centric structure of the country, the editorial line of these quality papers must be investigated so we understand better what they think and how they appropriate the current political discussions. After all, is it possible to observe circularity between the semantic fields mobilized by the right and the opinions of the newspapers on Jair Bolsonaro's inauguration? Can we assume continuities between what the newspapers think and the political expression of groups linked to the emerging right? To answer these questions, we investigate the discursive construction of the newspapers in this privileged dialogue space where the media expresses political preferences, addressing both society and other institutions. Through content analysis techniques, we emphasize the main driving ideas mobilized in the editorials and with clear expression in the political world. We found evidence that, to varying levels, anti-PT

sentiment and neoliberal principles were central elements in the pieces, to the detriment of agendas related to the moral conservatism characteristic of the new right.

Keywords: Editorials; New rights; O Estado de S. Paulo; O Globo; Jair Bolsonaro.

RESUMEN

En este trabajo, proponemos un análisis de contenido de los editoriales de O Estado de S. Paulo y O Globo con motivo de la toma de posesión de Jair Bolsonaro como presidente de Brasil, bajo la hipótesis de que existe una conversación entre los campos semánticos de la derecha y las opiniones de los periódicos de referencia. Consideramos que el surgimiento de la llamada "nueva" derecha está estrechamente ligado a las reconfiguraciones políticas a nivel global, pero tiene características propias en Brasil, donde la derecha tiene una larga historia de actividad dentro de los espacios mediáticos. Dado el carácter comunicativo de las democracias y la estructura mediocéntrica del país, la línea editorial de estos periódicos de calidad debe ser investigada para entender mejor lo que piensan y cómo se apropian de las discusiones políticas actuales. Después de todo, ¿es posible observar circularidad entre los campos semánticos movilizados por la derecha y las opiniones de los periódicos con motivo de la toma de posesión de Jair Bolsonaro? ¿Podemos suponer continuidades entre lo que piensan los periódicos y la expresión política de los grupos vinculados a la derecha emergente? Para responder a estas preguntas, investigamos la construcción discursiva de los periódicos en este espacio privilegiado de diálogo donde los medios expresan preferencias políticas y se dirigen a la sociedad y a otras instituciones. A través de técnicas de análisis de contenido, enfatizamos las principales ideas fuerza movilizadas en los editoriales y con clara expresión en el mundo político. Encontramos evidencia de que, en diferentes niveles, el antipetismo y los principios neoliberales fueron elementos centrales en los editoriales, en detrimento de las agendas relacionadas con el conservadurismo moral, característico de la nueva derecha.

Palabras clave: Editoriales; Nuevas derechas; O Estado de S. Paulo; O Globo, Jair Bolsonaro.

Introdução

As mídias podem ser compreendidas como um espaço privilegiado de circulação de informações na contemporaneidade. Além da capacidade de selecionar conteúdos e atribuir valor simbólico a produtos culturais, elas também são espaço de disputa no qual distintos grupos políticos desenham preferências e tomadas de posição a respeito de temas públicos. A mediação realizada pelos veículos de comunicação, além de fundamental para o *modus vivendi* de um tempo, também é capaz de construir e compartilhar percepções a respeito de diferentes atores, instituições e grupos políticos, entre eles, a direita.

Desta forma, investigar a construção de sentidos que referenciam o mundo e dão contornos históricos a fatos específicos torna-se exercício fundamental para compreender a operação dos mais diversos interesses que se fazem presentes na cena pública. Este fator é especialmente importante quando se concebe a relação de forças que ganhou destaque

no Brasil a partir das reações da direita brasileira aos governos petistas, entre 2002 e 2016, e que foi dinamizada institucionalmente pelo desempenho eleitoral de atores deste campo político nos anos seguintes, culminando na vitória de Jair Bolsonaro da disputa pela presidência em 2018.

No limiar entre um passado que projeta seus ecos por meio de rótulos imprecisos como “comunista”, “socialista” e “fascista” e um presente de democracias atormentadas por instabilidades políticas e econômicas, urge a demanda pela compreensão dos processos em curso no Brasil e no mundo. Por esta razão, observamos as flutuações de sentido produzidos na esfera pública, especialmente nos espaços frequentemente pensados como *locus* da produção de informação. Nestes espaços, a direita tem arregimentado, de forma mais ou menos organizada, uma ampla frente de atuação nas últimas décadas.

Se uma direita “sem vergonha” de suas pautas e bandeiras realmente povoou o flanco não ocupado por uma direita “envergonhada” no campo político (Maitino, 2018), provavelmente isto também fica latente no discurso veículos de comunicação, sobretudo quando estas instituições explicitam suas opiniões e apoios à determinados grupos e ideias. A assimilação destas discursividades pelos veículos de comunicação é de especial interesse, principalmente nos editoriais, onde jornais costumam expor suas opiniões para atores privados e instituições políticas (Mont’Alverne, 2017).

Neste sentido, propomos uma análise de editoriais dos jornais O Estado de S. Paulo e O Globo¹ na ocasião da posse do presidente Jair Bolsonaro. Dado o objeto escolhido, verificamos os campos semânticos² e as opções discursivas sugeridas pelas peças opinativas produzidas por ambos, levando em conta as reconfigurações oriundas da “nova” direita e os posicionamentos cristalizadas pelos periódicos em seus editoriais. Afinal, é possível observar circularidade entre os campos semânticos mobilizados à direita e a opinião dos jornais na ocasião da posse de Jair Bolsonaro?

Sugerimos a hipótese de que há valores compartilhados por estas instâncias e pelos veículos de comunicação nos editoriais. Por meio das análises dos campos semânticos do antipetismo, do conservadorismo moral e dos princípios neoliberais, verificamos que há

¹ Parte das Organizações Globo, o jornal é conhecido pelo viés conservador que permeia a sua história. O principal episódio que envolve o jornal e seus editoriais diz respeito à peça publicada em 1 de abril de 1964, onde o jornal demonstrou apoio aberto ao golpe militar. Sobre o assunto, divulgou um tímido *mea culpa* em editorial publicado em 31 de agosto de 2013, na ocasião das pressões contra a Rede Globo durante Jornadas de Junho. Além disso, também foi importante para a sustentação do regime militar por mais duas décadas (Dreyfus, 1987; Lima, 2015).

² Utilizamos, em certa medida, algumas definições de campo semântico e ideias-força propostas por Messenberg (2017), conforme será trabalhado nas seções posteriores.

maior correspondência entre as ideias-força presentes na primeira e na terceira chave de interpretação propostas. Conforme discutiremos a seguir, o campo da direita não é homogêneo e comporta diferentes formas de ação e visões de mundo, inclusive quando colocamos em perspectiva o seu traço institucional.

A fragmentária ideia de “uma” direita

A díade esquerda e direita, conforme descrita por Bobbio (1994), não oferece uma orientação precisa para o espectro político diante das particularidades dos arranjos presentes na vida pública brasileira. Embora seja uma metáfora espacial útil para entender os elementos em conflito, essa dicotomia não corresponde exatamente às forças que historicamente têm dominado o debate público no país. Isso se deve à maior complexidade de pensamento e dinamismo nas relações sociais e políticas atuais, inclusive midiáticas, que desafiam uma divisão mais rígida entre esquerda e direita. Ao mesmo tempo, estes espaços simbólicos contemplam uma dimensão organizativa e pedagógica das disputas políticas na medida em que oferecem quadros interpretativos relevantes para o jogo político³.

Na tentativa de lançar as bases para o debate das características genealógicas da direita brasileira, Kaysel (2015, p. 49-50) afirma que “o “orgulho direitista” surgido nesta década parece não ser condizente com a história de uma sociedade na qual o rótulo de “direita” sempre assumiu uma conotação pejorativa, especialmente após o regime militar⁴. Assim, seria impossível pensar a direita brasileira como um campo homogêneo, tendo em vista a complexidade de relações instituídas neste espectro político, considerando-se a acomodação e a particularidade das forças em operação no seio das elites sociais, políticas e intelectuais de nosso estado. O padrão, neste sentido, seria justamente a “variedade” e a “heterogeneidade” de atores, interesses e arranjos entre grupos.

³ Um debate clássico sobre as propriedades do “pensamento autoritário” na política brasileira foi travado por Lamounier (1977) e Santos (1978). Os “autoritários”, no final do império e início da república, rejeitaram o liberalismo e teriam uma perspectiva mais “organicista”, na visão de Lamounier (1977), ao passo que Santos (1978), atribuiria ao “autoritarismo instrumental”, orientado para a imaginação de um futuro liberal, uma espécie de partilha no que diz respeito ao paradigma da ordem burguesa.

⁴ Entre os parlamentares ligados às legendas identificadas no campo da “direita” entrevistados no Congresso Nacional durante a década de 1990, a maioria preferiu se classificar como “de centro” (Mainwaring, Meneguello e Power, 2000).

Segundo o autor, essa diversidade pode ser observada em diferentes períodos da história brasileira, com ecos que permanecem até a atualidade. Já no Império, o conservadorismo, fortemente atrelado à herança colonial portuguesa e ao processo de independência, e o liberalismo, embebido em instituições políticas anglo-saxônicas como o federalismo, corresponderam aos principais pontos de tensão responsável pela guinada republicana. Estas tensões teriam se desdobrado na acomodação que deu origem à República Velha, expressa pela “política dos governadores”, na qual divergiam republicanos como Marechal Floriano Peixoto, de um lado, sobre o papel autoritário e interventor do Estado, e de outro, a burguesia cafeeira paulista, em favor da descentralização política e o *laissez-faire* econômico.

Essas tensões ganharam novos contornos na década de 1920 na circunstância da ascensão à direita de grupos católicos, integralistas e corporativistas de caráter antiliberal bastante diverso que passaram a ter protagonismo até 1930 e abriram espaço, na esteira do tenentismo e da crise republicana, à organização político-partidária. Isto possibilitou, segundo Kaysel (2015), a organização de partidos de esquerda pela primeira vez no Brasil, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922. Após a revolução, este processo desembocou à direita no surgimento da Ação Integralista Brasileira (AIB), de inspiração fascista, liderada por Plínio Salgado; e à esquerda, na Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente antifascista e anti-imperialista, cujas referências eram Luís Carlos Prestes e membros do PCB.

Durante o Estado Novo, a tônica de acomodação em torno da figura de Vargas uniu oligarquias, classes médias urbanas e burocratas, formando uma estrutura de estado corporativista e hierárquica. Este estado buscou integrar novos grupos sociais, incluindo a burguesia industrial e o proletariado urbano, visando o desenvolvimento nacional “pelo alto” e a superação do que foi caracterizado como um “atraso” atávico. Este processo, também conhecido como “modernização conservadora”, “via prussiana” ou “revolução passiva” seria, segundo Kaysel (2015), um traço latente que se manifestaria outra vez no regime militar. Mesmo com o fim do Estado Novo, Vargas manteve seu protagonismo sob as divisões da política nacional, nas quais se reconheceu amplitude e variedade de posições. Entre seus tributários, à direita, estão o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que incluíam desde conservadores ortodoxos até desenvolvimentistas-nacionalistas; entre os não tributários estava, à esquerda, a União Democrática Nacional (UDN), a qual reunia uma miríade de grupos, desde as oligarquias derrotadas em 1930 até as esquerdas colocadas na clandestinidade.

Este panorama foi modificado pela renúncia de Jânio Quadros e a ascensão de João Goulart, contra o qual as direitas se organizaram, entre outras razões, em prol de um reformismo nacionalista. Neste momento, a ascensão do povo como sujeito histórico, em oposição ao padrão oligárquico de condução e reflexão sobre o estado, divide a política nacional entre o chamado “bloco histórico multinacional-associado”, no qual se reuniam tecnoempresários associados ao capital multinacional; e o chamado “bloco histórico nacional-populista”, associado ao impulso reformador de Goulart (Dulci, 1966; Dreyfus, 1987 apud Kaysel).

À direita, o primeiro grupo notabilizou-se pela organização civil que conseguiu arregimentar, com destaque para o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e suas associações com Escola Superior de Guerra (ESG)⁵. Além disso, estes institutos contaram com a mediação da comunicação de massa por meio de jornais como O Estado de S. Paulo, da família Mesquita, O Globo, dos Marinho e os Diários Associados, de Assis Chateaubriand – que incluía também a Rádio e TV Tupi. Segundo Kaysel (2015), estes órgãos serviam como importante caixa de ressonância para a difusão de discursos ‘anticomunistas’ e ‘antipopulistas’, os quais compartilhavam entre si um ideário liberal-conservador antiestatista que foi relevante para golpe militar de 1964. Todavia, os governos militares pós-1964 promoveram uma participação ainda maior do estado na economia e reorganizaram as frações dominantes em torno de um projeto desenvolvimentista que apontava para a direção contrária destes grupos.

O sistema partidário, dissolvido pela ditadura em 1965, deu lugar a um bipartidarismo no qual a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) era a representação da direita, braço do regime, composta por ex-integrantes da UDN e do PSD e com capilaridade entre o nível local e o poder central. Segundo Mainwaring, Meneguello e Power (2000), após o retorno do pluripartidarismo em 1979, a unidade da direita em torno da ARENA se rompeu mais uma vez com o surgimento de duas importantes segmentações: o Partido Democrático Social (PDS) e o Partido da Frente Liberal (PFL). Nesse período, surgiram partidos significativos no cenário nacional, tanto durante quanto após a redemocratização, como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido do

⁵ Conforme lembra Kaysel (2015), a associação entre sociedade civil e militares não era novidade, tendo em vista que a UDN já havia recorrido aos militares para tentar desestabilizar o regime varguista. O autor recorre a Stepan (1975) para afirmar que os militares sempre desempenharam “papel moderador” na política brasileira, com importante função na mediação dos conflitos civis, embora esta função tenha se desgastado na década de 1960, com o acirramento dos conflitos.

Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e, subsequentemente, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), originados como dissidência de setores de esquerda da oposição oficial à ditadura, o antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Conforme destaca Kaysel (2015), a década de 1980 e as disputas durante a elaboração da constituinte foram muito importantes para a constituição da direita como conhecemos hoje. Segundo o autor, é neste período que a direita brasileira abraça as políticas de liberalização econômicas do “neoliberalismo” como traço programático. Este processo ficou claro a partir da atuação de políticos do “centrão” na elaboração da carta magna (Dreyfus, 1989). As raízes deste processo ainda remontariam às ideias antiestatizantes já mencionadas, especialmente pelo antagonismo programático evidenciado nas eleições de 1989, quando Collor e Lula disputaram a presidência sob o manto de tendências globais e regionais como a queda do “socialismo real” e as resoluções do Consenso de Washington. A consolidação deste processo de hegemonia do neoliberalismo enquanto prática política aconteceria entre 1994 e 2001, nos dois mandatos consecutivos de Fernando Henrique Cardoso, com ampla participação de PSDB, PFL e PMDB.

Em 2002, a principal força de oposição desde a redemocratização, o PT, venceu as eleições presidenciais pela primeira vez e arregimentou ampla coalisão de governo com setores-chave da sociedade brasileira, inclusive com partidos de direita, para a preservação de avanços macroeconômicos associados à programas de distribuição de renda, mas sem transformações estruturais no plano dos direitos, da economia ou da ideologia (Singer e Loureiro, 2016). Esta relação de ambiguidade sustentou-se com relativo sucesso durante os mandatos de Lula e primeiro mandato de Dilma e entrou em declínio a partir de uma miríade de microssismos dentro do Estado, como às investigações de escândalos de corrupção como o Mensalão e a Operação Lava-Jato, abalos nas dinâmicas da política congressual e, fora dele, com as manifestações antissistema, antipolítica, a crescente insatisfação e divisão da opinião pública, o fundamentalismo religioso e, em última instância, o antipetismo.

Os resultados concretos deste processo, em 2016, foram o impedimento de Dilma Rousseff, acompanhado de amplo processo de judicialização da política⁶ por meio do qual

⁶ Ao tratar da judicialização da política no contexto das adaptações do constitucionalismo liberal, Avritzer e Marona (2014, p.88) afirmam que “os artigos 102 e 103 permitiram que o STF adquirisse prerrogativas fortíssimas na revisão constitucional de ações do Executivo e principalmente se posicionasse em relação a um conjunto de legislações propostas pelo Congresso Nacional. Dessa maneira, o Brasil começou a seguir um caminho de ampliação de direitos por meio de decisões judiciais, como foi o caso dos direitos dos povos

o Supremo Tribunal Federal (STF), juízes de diferentes níveis e o Ministério Público transformaram o Poder Judiciário em protagonista do jogo⁷, fenômeno que ainda não havia sido observado na história política do país. A prisão do ex-presidente Lula, a eleição de Jair Bolsonaro e o enfraquecimento da política institucional, com desempenho ruim de partidos tradicionais em 2018, completam o cenário de incertezas no qual atualmente se encontra o Brasil.

O marco deste processo de desgaste institucional e perda de credibilidade da política foi a eleição de Jair Bolsonaro – deputado federal do chamado baixo clero com apenas oito segundos de propaganda eleitoral na TV, que arrebanhou apoios entre senadores, deputados e governadores. O PSL, seu partido na ocasião, elegeu 52 deputados e desbancou siglas tradicionais do sistema político como PT e PSDB, que perderam parlamentares em todos os níveis. Conforme Solano (2019), o bolsonarismo ascendeu como uma linguagem política afetiva que tomou as ruas com discurso salvacionista, autoritário, antintelectual e antissistêmico, orientado para a destruição de um inimigo comum que representaria toda a esquerda: o Partido dos Trabalhadores.

A explicação sociológica da autora sugere que novas formas de ativação política, à direita, emergiram baseadas no mal-estar causado sobretudo por uma nova etapa da revolução tecnológica. Este novo cenário trouxe consigo desemprego, perda de poder aquisitivo e renda, crises migratórias, insegurança pública etc. Trata-se, portanto, da operação de uma cadeia de processos políticos e sociais em âmbito global, mas também presentes na sociedade brasileira. Tais conflitos são remodelados, no Brasil, a partir de uma série de conformações entre os grupos e atores heterogêneos no tabuleiro político que podem ser pensados a partir da chave de uma “onda conservadora” (Maitino, 2018)⁸ e do colapso da hegemonia liberal (Fraser, 2018).

indígenas, da ação afirmativa e da união homoafetiva. No entanto, o processo de judicialização também implicou a apropriação de fortes prerrogativas soberanas do Congresso em ações que definiram a derrubada da cláusula de barreira, a fidelidade partidária e, mais recentemente, regras da competição eleitoral. Algumas dessas ações ajudaram a organizar o sistema político ao passo que outras contribuíram para a continuidade da sua desorganização. Entretanto, independentemente do mérito dessas ações, elas implicaram fortes desequilíbrios entre os poderes, que podem afetar a democracia brasileira em um futuro próximo”.

⁷ Os surveys e as entrevistas em profundidade realizadas por Solano (2019) dão uma dimensão dos efeitos da criminalização teatralizada da política e do protagonismo assumido pelo judiciário, especialmente na figura do ex-juiz Sérgio Moro.

⁸ Originalmente a discussão aparece na entrevista de André Singer a Luís Brasilino em 2012, conforme foi apontado por Maitino (2018). Segundo o autor, é necessário pensar esse processo a partir da chave de uma reação à hegemonia da esquerda no Brasil, com a ascensão de uma direita que se alimenta no neoliberalismo e se organiza no plano da cultura. Em sentido amplo, pode-se pensar a reação no como sinal de um começo, de uma revolta ou mesmo de um pensamento ou saber, como sugere Starobinski (1999).

O crescimento e a capilarização da direita ocorrem não apenas no Brasil, mas também é vigoroso, com facetas particulares, nos Estados Unidos, Europa e em outros países da América Latina (Castells, 2018; Levitsky e Ziblatt, 2018; Runciman, 2018). Diagnósticos sinalizam um cenário de crise dos sistemas democráticos liberais e dos governos representativos, crescentemente incapazes de lidar com fluxos financeiros, informacionais e de pessoas (Castells, 2009). Se torna excepcionalmente difícil, assim, garantir o exercício da soberania e controlar a insatisfação de grupos com tensões políticas específicas em pequena e grande escalas. Esta conjuntura pode ser interpretada a partir de vozes e narrativas que ordenam este mundo complexo, construído e explicado por forças políticas que estão no mundo e operam no plano das ideias, como os veículos de comunicação.

Democracia, mídia e intelectualidade de direita no Brasil

No âmbito da disputa política, a validade dos regimes democráticos repousa na circulação de informações, opiniões e ideias, conforme argumentam Gomes e Maia (2008). Tanto em modelos democráticos diretos quanto representativos, a participação cidadã é essencial para avaliar o sistema político e seus representantes. Essa necessidade de comunicação justifica por si só o aspecto comunicativo das democracias. Além disso, a informação é crucial para os princípios democráticos, atuando como pilar nas decisões políticas. A formação de opiniões sobre eventos políticos depende da disponibilidade, clareza e integridade das informações, essenciais também para diferenciar ideias, programas e projetos políticos.

As instâncias de produção de sentido são cruciais para interpretar a complexidade do mundo, oferecendo atalhos cognitivos que simplificam a formação de sentidos, valores, sentimentos e decisões no tecido social e influenciam processos políticos, como a eleição de representantes. Com a complexificação da sociedade civil e dos sistemas de governo democrático, a informação torna-se chave na seleção e monitoramento de forças políticas, especialmente em governos representativos. O desenvolvimento da imprensa, dos meios de comunicação de massa e, mais recentemente, dos meios digitais, foram essenciais na construção da concepção ocidental de democracia.

A relação entre a mídia e a política, conforme afirma Bourdieu (1999), é bastante específica na medida em que formas de percepção e expressão da política estariam condicionadas à grupos orientados a produzir ideias, conceitos, análises e problemas

políticos. A mídia, neste sentido, ocuparia espaço relevante pois teria capacidade de mobilizar a atenção pública e, além disso, seria parte interessada no “jogo político”, pois é espaço estratégico para que intelectuais e grupos expressem suas aspirações. Sua visibilidade geraria capital simbólico para os atores políticos⁹ e, além disso, seria capaz de pautar discussões sobre temas estratégicos, além de funcionar como principal referencial de mundo para o homem comum nas sociedades modernas (RODRIGUES, 1990, p. 107).

Lima (2009) destaca a centralidade da mídia na política como uma relação de influência mútua, válida tanto globalmente quanto no Brasil. Ele argumenta que: 1) a mídia é central nas sociedades contemporâneas, influenciando diversos processos e esferas humanas; 2) a política nacional é inseparável da mídia; 3) a mídia assume funções tradicionais de partidos políticos, como formar a agenda pública e monitorar o governo; 4) ela transforma as campanhas eleitorais; 5) a mídia é um ator político significativo; 6) sua concentração amplia seu poder político; 7) características populacionais brasileiras, como limitações de leitura e escrita, intensificam o impacto da TV e das mídias digitais.

Percebe-se que o comportamento da mídia alterou e exigiu várias adaptações do discurso político ao longo das campanhas presidenciais, desde a redemocratização, considerando-se o papel hegemônico ocupado pela televisão e a importância da Propaganda Partidária Gratuita (PPG) (Tenório, 2011), do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) (Albuquerque e Dias, 2002) e da chamada narrativa transmidiática (Jenkins, 2008) observadas a partir das eleições de 2010, em função do impacto da internet e das tecnologias digitais. Em paralelo à propaganda partidária, mas com grande interferência sobre os interesses em jogo, também há que se levar em conta o papel da imprensa como ator relevante nos processos políticos.

Distantes da supostamente desejada objetividade jornalística, marcada pelo distanciamento de todos os interesses em jogo, os conglomerados de mídia utilizam os seus veículos, principalmente os noticiosos, para se engajarem nas disputas políticas e eleitorais (Ward, 2018). Desta forma, atuam na construção dos cenários políticos e eleitorais, impondo agendas de campanha e construindo ou não sentidos sobre candidatos e sobre a própria política. Isto não é novidade na política brasileira se considerarmos a participação e a legitimação dada pelos veículos de comunicação ao golpe militar de 1964

⁹ Danos de imagem também são frequentes em caso de denúncias, acusações e escândalos.

e a inúmeros outros processos políticos subsequentes, conforme documenta a literatura (Dreyfus, 1981; Lima, 2009; 2015)¹⁰.

Os veículos têm a capacidade de selecionar as discussões de interesse e, além disso, de influenciar diretamente nos pleitos. Autores do jornalismo utilizam o conceito de enquadramento justamente para apontar como a imprensa faz uma seleção dos acontecimentos e procura atribuir sentidos a partir de sua linha editorial (Tuchman, 1978) e do impacto que pretendem criar na disputa política. Isso pode ser evidenciado na divulgação das pesquisas de opinião pública, na escolha das temáticas que merecem mais ou menos visibilidade, na seleção de colunistas e articulistas, no tratamento favorável ou contrário dado à candidatos e/ou grupos políticos na cobertura diária¹¹.

Este cenário, no entanto, não está desconectado das reconfigurações promovidas pela “nova” direita, especialmente nas últimas duas décadas. Segundo Chaloub e Perlatto (2016), ocorre um fenômeno sociológico de características peculiares, vinculado à esfera pública do país: o crescimento gradual da participação de intelectuais com ideário vinculado à direita. Nomes como Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo¹², Luiz Felipe Pondé, Rodrigo Constantino, Guilherme Fiuza, Marco Antonio Villa, Denis Lerrer Rosenfield, Diogo Mainardi, entre outros, tornaram-se mais presentes no debate público brasileiro. Isto se reflete na frequência de seus comentários na mídia, nas colunas fixas em grandes veículos, em sua crescente participação no mercado editorial e na exitosa utilização de redes e plataformas digitais.

Chaloub e Perlatto (2016) apontam para a hipótese de que há grande vinculação entre estes intelectuais da direita brasileira e organizações como o Instituto Liberal, o Instituto Millenium, o Instituto Ludwig Von Misses, o Instituto Liberdade, o Instituto de Estudos Empresariais, Estudantes pela Liberdade e Instituto Ordem Livre. Para os autores, estes institutos estão vinculados a outras associações e grupos sociais,

¹⁰ Lima (2009, p. 20) afirma que “foram os militares e seus aliados civis que - por razões, em primeiro lugar, de segurança nacional, e de mercado, em segundo - criaram as condições de infraestrutura física indispensáveis à consolidação de uma mídia *nacional*. E foram também eles que primeiro fizeram uso político dela, não só com o recurso à censura, mas, sobretudo, com o apoio “conquistado” – explícito em muitos casos - das principais *redes* impressas e eletrônicas, algumas consolidadas durante o próprio período ditatorial”.

¹¹ O conceito de paralelismo político, conforme é trabalhado por Hallin e Mancini (2010), pode ser bastante útil para de pensar a relação de convergência ideológica, por exemplo, entre jornais e partidos. Esta perspectiva conversa com o quadro da “democracia de público” sob o qual, conforme argumenta Manin (1995), a mídia seria fundamental para a mediação entre os atores públicos e os cidadãos.

¹² É necessário ressaltar que alguns destes atores, em especial Reinaldo Azevedo, fazem movimentos pendulares no sentido de se aproximar do campo democrático, especialmente no que diz respeito às suas posições em relação à defesa das instituições, em contraste às suas críticas anteriores ao PT e às esquerdas.

comportando-se como *think thanks*¹³ orientadas por valores liberais e com engajamento em diversas pautas de cunho moral. Estas relações podem ser observadas a partir dos fortes vínculos entre o Instituto Millenium e grupos empresariais como Gerdau, Bank of America, Merry Lynch, e conglomerados de mídia como o Grupo Estadão e Grupo Globo, os quais possuem representantes em seu conselho.

A transposição dos valores compartilhados por estas direitas pode ser entendida, conforme observarmos, a partir de uma dimensão compartilhada em diferentes espaços e com traços disruptivos que remetem à chamada “onda conservadora”. Isto não seria possível sem uma expressiva articulação entre atores interessados, conforme afirma Silveira (2013), ao analisar a relação entre Instituto Millenium e as linhas editoriais de três jornais de referência, entre eles, O Estado de S. Paulo e O Globo. A constante presença destes intelectuais em espaços de produção de sentido pode ser interpretada como a articulação e fortalecimento de uma direita heterogênea.

Apesar das divergências em relação a valores, percepções do mundo político e organização, esta direita se distingue por suas idiossincrasias. Conforme Chaloub e Perlatto (2016), não se deve considerar a direita emergente como um bloco monolítico, assim como não se deve simplificar outras direitas na história política brasileira, evitando julgamentos imprecisos e simetrias enganosas. Para compreender as diferenças entre as direitas brasileiras, os autores propõem duas categorias conceituais básicas para traçar um panorama dos diferentes grupos neste flanco político: a) por um lado, a direita teórica seria a responsável por mobilizar ideias e noções para além do contexto imediato, com traços filosóficos; b) de outro modo, a direita militante estaria focada em questões conjunturais, caracterizando-se pela argumentação aderente ao debate contemporâneo e alinhada às tradições liberal e conservadora.

Do ponto de vista da semelhança, Chaloub e Perlatto (2016) afirmam que a aproximação entre esses dois grupos ocorreria em função de alguns fatores, entre os quais se destacam: 1) a retórica de “terra arrasada” a respeito do país e da política; 2) a responsabilização da esquerda pelos problemas do país e sua superioridade moral; 3) sua aproximação de *topos* conservador clássico; 4) o interesse em aproximar a direita dos interesses e opiniões da população; 5) a adesão ao conservadorismo moral e ao capitalismo liberal; 6) e, por fim, o antipetismo.

¹³ Cf. Silveira (2013)

Percebe-se que essa “nova” direita, tão fragmentada e difusa em outros períodos, possui uma roupagem própria, especialmente no campo da cultura, e com grande capilarização em todos os setores e, não obstante, similaridades que conectam concepções bastante singulares. Evidentemente estas relações são transpostas à comunicação de massa, entretanto a absorção destes discursos depende de inúmeros filtros, especialmente no que diz respeito às lógicas internas dos próprios veículos de comunicação.

Aspectos metodológicos e critérios de análise dos editoriais de O Estado de S. Paulo e O Globo

Nesta seção, analisaremos os editoriais dos jornais O Estado de S. Paulo (OESP) e O Globo (OG)¹⁴ na ocasião da posse de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil. Nosso objetivo central é analisar como se comportam os campos semânticos e as ideias forças¹⁵ que emergem nas peças opinativas produzidas por ambos, sem perder de vista reconfigurações oriundas do espectro da direita e os sentidos que os jornais cristalizam neste momento específico. Podemos observar circularidade entre os campos semânticos mobilizados à direita e a opinião dos jornais na ocasião da posse de Jair Bolsonaro? A hipótese sugerida é de que existem valores compartilhados por estas instâncias e pelos veículos de comunicação nos editoriais.

Acreditamos que estes *quality papers*¹⁶ podem revelar traços importantes a respeito das disputas políticas em curso no país, o que fica evidente no momento da inédita vitória de um político de pouca expressão e autodeclarado de direita. A ascensão de Bolsonaro já seria suficientemente sugestiva para investigarmos a movimentação em curso na política institucional, bem como seus atravessamentos com correntes heterogêneas. No entanto, este momento enseja análise dos periódicos dada a produção sentidos compartilhados socialmente¹⁷ realizada pelos *media*, atores historicamente interessados no jogo político.

¹⁴ Para fins analíticos e para evitar repetições de palavras, chamaremos os jornais por estas siglas.

¹⁵ Utilizamos parcialmente as definições de campo semântico e ideias-força propostas por Messenberg (2017). No entanto, optamos por alargar estas perspectivas por considerarmos que há uma conexão indelével entre antipetismo, conservadorismo moral e princípios neoliberais. Uma perspectiva tipológica agrega em amplitude.

¹⁶ Consideramos *quality papers* os jornais capazes de impactar o debate político e segmentos de opinião bem-informados a partir de suas publicações. Além de serem jornais de referência, ambos possuem tiragens expressivas e ampla circulação no território nacional (Azevedo, 2016; Mont’Alverne, 2017).

¹⁷ Soma-se a isso o fato de que os veículos de comunicação têm reconfigurado o seu papel de mediação diante do cenário de incerteza a respeito da qualidade da informação. Há diversas iniciativas entre veículos

Escolhemos analisar este período pois a posse de um novo presidente é quando os veículos de comunicação tendem a revelar suas agendas, utilizam fatos específicos para fundamentar suas perspectivas e demonstram alinhamento com certos conjuntos de valores. Com foco nas escolhas discursivas dos jornais em seus editoriais do dia da posse de Bolsonaro¹⁸, investigamos estas peças a partir da ideia de campos semânticos, proposta por Messenberg (2017), no sentido de observar diferentes atores, grupos e indivíduos que compõem a “nova” direita. Para isso, utilizamos a análise de conteúdo como método de sistematização, conforme a proposição de Bardin (1977), segundo a qual os textos possuem distintas naturezas e as temáticas em questão podem ser avaliadas a partir do sentido que carregam e dos assuntos que ganham saliência em um determinado contexto. Isto significa que as escolhas textuais e discursivas importam, principalmente se consideramos a capacidade de agendamento dos veículos de comunicação em relação às conversações públicas.

É necessário deixar claro, entretanto, que as posições dos jornais não necessariamente se refletem na cobertura jornalística, como nos mostram Miguel e Coutinho (2007). O editorial deve ser entendido como gênero específico do jornalismo, no qual as empresas tentam endereçar suas demandas a quem em tese seria responsável por atendê-las, utilizando-se de sua visibilidade e credibilidade como ferramentas de pressão para convencê-los de sua relevância, normalmente comportando-se como instituição semelhante àquela com a qual deseja estabelecer conversação (Mont’Alverne, 2017).

Ao definir os campos semânticos para nossa análise, consideramos os estudos de Solano (2019), Maitino (2018) e, em particular, a pesquisa de Messenberg (2017), que, apesar de suas particularidades e enfoques analíticos, apresentam certas convergências. A primeira investigação cruza surveys e entrevistas em profundidade realizadas durante as manifestações no período de 2015 a 2018; o segundo se vale de análises quantitativas e qualitativas a partir dos pronunciamentos de Jair Bolsonaro na Câmara entre 2011 e 2017; e o terceiro e último examina conteúdos produzidos por movimentos sociais, jornalistas e deputados federais, além de grupos focais com apoiadores com manifestantes de direita em 2015.

do Brasil e do exterior que trabalham especificamente em conjunto a partir de procedimentos de checagem de informação (GRAVES, 2013; PALACIOS, 2019).

¹⁸ Analisamos, em OESP, a peça intitulada “A missão de Bolsonaro”, publicada integralmente nas versões impressa e digital, na seção Notas e Informações, em 1 de janeiro de 2019, no dia da posse de Jair Bolsonaro. Em OG, selecionamos a peça “Acenos positivos ao entendimento e ao fim das divisões”, publicada em OG, na seção Editorial, em 2 de janeiro de 2019, publicada no dia seguinte à posse também nas duas versões.

As pesquisas diagnosticaram facetas similares de um mesmo fenômeno a partir de pontos de vista múltiplos, entre elas, a retórica antissistema, o conservadorismo no campo dos costumes e valores e princípios neoliberais no âmbito da economia¹⁹ Os campos semânticos propostos por Messenberg (2017) referem-se: 1) ao antipetismo; 2) ao conservadorismo moral; 3) e aos princípios neoliberais. – que em grande parte abrangem estes três eixos de análise e são resultado de pesquisas envolvendo atores institucionais e não-institucionais, incluindo ideólogos e jornalistas. O fato de o antipetismo tornar-se um campo semântico pareceu-nos significativo porque, como aponta a literatura, é algo bastante recorrente quando se analisa a forma pela qual a direita, de forma ampla, assumiu características mais consistentes (Messenberg, 2017).

Segundo Messenberg (2017), estes campos estariam relacionados à ideias-força que lhes seriam constituintes. Assim, o antipetismo seria alimentado por ideias-força como corrupção, crise econômica, bolivarianismo, impeachment etc.; o conservadorismo moral estaria ligado à ideias-força relacionadas à família tradicional, ao resgate da fé cristã, ao patriotismo, ao anticomunismo e ao combate à criminalidade/aumento da violência etc.; os princípios neoliberais seriam constituídos por ideias-força de endosso à livre-iniciativa, ao estado mínimo, à austeridade, à meritocracia ao ajuste fiscal etc.

Na perspectiva weberiana, utilizamos os campos semânticos como tipologias para estruturar nossa análise, evitando limites rígidos – diferentemente da abordagem de Messenberg (2017). Isso permite diagnosticar as convergências entre diferentes campos semânticos sem falhas metodológicas, expandindo a reflexão sobre os textos. Com um corpus analítico conciso, examinaremos cada editorial e suas construções discursivas, recorrendo a comparações quando necessário. As ideias-força serão registradas conforme suas particularidades de sentido, em alinhamento com o discurso dos jornais.

Antipetismo e a construção do cenário político

Os editoriais dos jornais OESP e OG possuem uma série de aproximações e distanciamentos em discursos articulados e temáticas tratadas. Podemos afirmar, no entanto, que as convergências são muito mais abundantes e as divergências de posição praticamente inexistem quando tomamos por base os diagnósticos e os receituários por

¹⁹ Maitino (2018) aponta contradições entre na compatibilização entre o segundo e o terceiro pontos.

meio dos quais os periódicos expressam as suas tomadas de posição na ocasião da posse de Jair Bolsonaro como Presidente da República.

Os editoriais “A missão de Bolsonaro”, de OESP, e “Acenos positivos ao entendimento e ao fim das divisões”, de OG, apropriam-se ao seu modo das questões que permeiam o debate público nacional e oferecem saídas ao que apontam como principais gargalos do país. O primeiro editorial, anterior à posse de Bolsonaro, dedica maior espaço de argumentação ao que seria o mal maior, “o colapso das contas públicas”, e atribui ao presidente, ainda no título, a “missão” de evitá-lo. Além disso, constrói um cenário teleológico para o Brasil em caso de não aprovação, por exemplo, da Reforma da Previdência. Esse aspecto pode ser evidenciado em expressões como “os desafios são abundantes” e “será preciso cortar na carne”, que cumprem uma função relativamente alarmista.

O segundo editorial, posterior à posse, enfatiza aspectos da fala do presidente no Congresso e reitera no título o aceno ao “entendimento” e ao “fim das divisões”. Na peça, o jornal destaca o caráter democrático da alternância de poder e da ascensão de um presidente assumidamente à direita, o qual recebe uma espécie de “herança” malfadada. Tal como no primeiro texto, fica claro que o Brasil depende de medidas econômicas para resolver problemas críticos como “corrupção, crise econômica e crime organizado”. O PSL, partido do presidente, é considerado promissor, porém, com falta de coesão para implementar grandes reformas. O caso Queiroz e a possível interferência dos filhos do presidente no governo são vistos como ameaças potenciais.

Nota-se que ambos os editoriais adotam uma postura cautelosa quanto ao conservadorismo moral, enquanto são mais propositivos em relação a questões econômicas, alinhando-se ao campo semântico do neoliberalismo. As ideias-força mobilizadas fazem referência, de maneira geral, aos principais percalços que o presidente Jair Bolsonaro poderia encontrar em seu início de mandato, os quais são acompanhados de sugestões e críticas aos governos anteriores. Ambos os jornais criticaram abertamente a “esquerda”, embora cada um deles tenha preenchido esse espaço de uma forma específica, na qual o PT está sempre presente.

O campo semântico do antipetismo é mobilizado pelos jornais ao atribuir especialmente a este partido o “terrível legado” das esquerdas ao país. Ao ativar estes sentidos, os editoriais compartilham com atores e grupos reacionários o antagonismo alimentado pela figura de Bolsonaro, cujas posições, abertamente à direita, elegeram o “esquerdismo”, o “comunismo” e o “petismo” como principais adversários durante a

campanha eleitoral. As formas pelas quais os jornais reconstruíram esta continuidade do campo político nos editoriais podem ser observadas a seguir.

É certo que Bolsonaro foi eleito por uma fatia expressiva dos brasileiros que viram nele **não o reformista de que o País tanto precisa, mas o homem que se comprometeu a varrer para o passado, quem sabe para o esquecimento, o petismo e seu terrível legado**. O presidente cometerá um grave erro, no entanto, se limitar sua agenda e suas energias a essa faxina política e moral. Pois não se pode ignorar que muitos eleitores de Bolsonaro esperam dele, antes de tudo, **uma ação vigorosa e imediata contra o que enxergam como intolerável influência da esquerda na educação, nas artes e nos costumes**.

(A missão de Bolsonaro, OESP, 01/01/2019, grifo nosso)

Ao tratar da eleição de Bolsonaro como um “imperativo nacional”, isto é, como a única saída ante a possibilidade de uma país “ingovernável”, OESP reitera a importância de Bolsonaro para “fatia expressiva dos brasileiros”, mas deixa claro que o presidente não é o perfil ideal, “reformista”. No trecho destacado, Bolsonaro é caracterizado como uma espécie de zelador comprometido com a limpeza do país, responsável por “varrer para o passado” o “petismo e seu legado terrível”. Importante notar um aparente apagamento dos dois anos de governo Temer, previamente colocado como o reformista disposto a tomar ações impopulares em prol desta agenda. As reformas como as que foram aprovadas por Temer não são levadas em consideração, seguindo tom antipetista também presente na campanha de Bolsonaro.

O jornal ainda adverte o novo presidente para cruzadas morais, mas lembra que dele será cobrada uma “ação vigorosa e imediata” contra uma suposta “intolerável influência da esquerda na educação, nas artes e nos costumes” – tema que apareceu frequentemente na campanha e nas falas públicas de Bolsonaro. Neste ponto, é possível observar uma aproximação clara entre os campos semânticos do antipetismo e do conservadorismo moral, nos quais se comunicam o legado petista e a reação ao que seria, supostamente, um domínio da esquerda no campo da educação. No entanto, esta percepção é restritiva aos apoiadores de Bolsonaro, considerando que o jornal os trata na terceira pessoa do plural, de forma descritiva, sem incluir-se como sujeito que compartilha esta perspectiva.

Em OG, o campo semântico do antipetismo é acionado pelo jornal de maneira distinta, conforme se verifica a seguir.

O novo presidente **herda desafiantes distorções criadas a partir do segundo mandato de Lula (2007-10) e ampliadas no período Dilma Rousseff (2011-16), quando o país serviu de laboratório para terapias**

estatistas de um nacional-populismo de esquerda que desmontou o equilíbrio fiscal.

O emedebista Michel Temer, vice de Dilma, **afastada por impeachment ao cometer crime de responsabilidade na manipulação das contas públicas**, pôde conter o processo de agravamento da crise fiscal, mas, devido a **fragilidades éticas**, não teve força para executar a reforma da Previdência, estratégica na volta do país ao crescimento sustentado.

(Acenos positivos ao entendimento e ao fim das divisões, OG, 02/01/2019, grifo nosso)

No trecho destacado, o editorial afirma uma herança de “desafiadoras distorções” de forma retrospectiva, apontando o segundo mandato de Lula como estopim destes processos, os quais foram ampliadas nos governos de Dilma Rousseff, quando o país teria servido de “laboratório para terapias estatistas de um nacional-populismo de esquerda”. Vale dizer que a extensão conceitual do termo “nacional-populismo de esquerda”, no entanto, é vaga no sentido de que não enquadra fenômenos específicos, apesar de vinculá-los ao espectro da “esquerda”. Ao pensarmos na díade esquerda-direita, a existência de um populismo de “esquerda” pode ser oposta a um populismo “à direita”, a exemplo da campanha de Bolsonaro. Contudo, esta relação não se manifesta e o termo supõe o uso de uma categoria ampla, passível de diferentes usos e atribuições no que diz respeito aos termos “nacional”, “populismo” e “esquerda” – todos eles polissêmicos.

No editorial, o impeachment de Dilma Rousseff é mencionado para destacar as dificuldades enfrentadas por seu vice-presidente, Michel Temer. Apesar de o texto apontar uma condenação, a destituição de Dilma ocorreu devido a acusações de crimes fiscais, mas sem condenação judicial. O Tribunal de Contas da União arquivou a ação que investigava as supostas “pedaladas fiscais”. As “fragilidades éticas” de Temer se entrelaçam com o próprio impedimento de Rousseff e relatos de suposta compra de votos para aprovar reformas, mas essas questões não são descritas ou mencionadas no editorial. Existe, assim, uma percepção de que o Governo Temer representaria este reformista desejado, mas sem suporte político eleitoral, evidenciado por sua baixa aprovação popular. Assim, o Governo Temer é poupado de críticas para não prejudicar a imagem das reformas que seu governo realizou e que eram defendidas pelos veículos em seus editoriais.

Oriundo do baixo clero, Bolsonaro sabe bem como operam os subterrâneos do Congresso. Será bom começo se de fato o presidente cumprir a promessa de **aposentar práticas fisiológicas de que PT e aliados se valeram para exercer o poder. Os treze anos de governos lulopetistas resultaram em condenações e prisões por corrupção e desgaste para o próprio Congresso.** O exercício competente do diálogo e da negociação será vital.

OG é menos retrospectivo e faz uma crítica ao sistema político, conforme se observa neste fragmento, apontando mais uma vez o PT como protagonista deste processo. Bolsonaro, entretanto, que fora deputado pelo Partido Progressista (PP), da base aliada, e membro do chamado “baixo clero” – grupo de pequenos e médios partidos com capacidade de negociação e poder de pressão coletiva –, não teve estes traços de trajetória mencionados, exceto pela menção de que o ex-deputado “sabe bem como operam os subterrâneos do Congresso”. Neste trecho, o editorial reforça o antipetismo, criticando as “práticas fisiológicas” adotadas pelo PT e aliados no poder. Destaca também as consequências negativas dos “treze anos de governos lulopetistas”, associando-os a condenações por corrupção e ao desgaste do Congresso. O uso do termo “lulopetistas”, comumente empregado pejorativamente, evidencia a crítica do jornal aos governos petistas. Esse posicionamento reflete a adesão do jornal ao campo semântico do antipetismo, um fenômeno presente na política.

Fatores de instabilidade no conservadorismo moral

Os editoriais mostram que houve pouca adesão dos jornais às ideias relacionadas ao conservadorismo moral. Em geral, abordaram o tema com cautela, indicando uma certa reserva quanto à abordagem das questões morais pelo presidente Jair Bolsonaro. Ambos concordam que a superação do cenário de crise no país deve focar em aspectos econômicos, minimizando a atenção às cruzadas de valores que emergiram com a ascensão de grupos de direita, especialmente em temas como a defesa da família, oposição às políticas de cotas e resistência a pautas comportamentais diversas. O OESP considera um “grave erro” restringir a agenda do governo a uma “faxina política e moral”, conforme indicado em um trecho específico.

O presidente cometerá um grave erro, no entanto, se limitar sua agenda e suas energias a essa faxina política e moral.

Pois não se pode ignorar que muitos eleitores de Bolsonaro esperam dele, antes de tudo, uma ação vigorosa e imediata contra o que enxergam como intolerável influência da esquerda na educação, nas artes e nos costumes. **Na hipótese de ser levada a sério pelo presidente, essa visão tenderá a drenar forças políticas de um governo que deveria concentrar-se no essencial – e nem de longe o essencial, hoje, é fiscalizar o comportamento de professores, enquanto o sistema educacional continua em ruínas.**

A encruzilhada em que o País se encontra não permite distrações desse tipo, úteis somente para quem pretende desviar a atenção dos reais e múltiplos problemas que devem ser enfrentados sem delongas.

(A missão de Bolsonaro, OESP, 01/01/2019, grifo nosso)

Conforme observamos, o jornal sugere que tal “hipótese”, caso seja considerada por Bolsonaro, poderá “drenar” as forças políticas do governo pois “nem de longe o essencial, hoje, é fiscalizar o comportamento de professores, enquanto o sistema educacional continua em ruínas”. Assim, OESP sinaliza que, pelo menos neste momento, o melhor tratamento para os males enfrentados pelo país passa por outras soluções. O editorial classifica estes tipos de pauta como “distrações” úteis para “desviar a atenção dos reais e múltiplos problemas que devem ser enfrentados sem delongas”. Isto evidencia algum nível de descolamento do jornal em relação ao campo semântico do tipo de conservadorismo moral mobilizado à direita pelo bolsonarismo, para o qual as ideias-força presentes nesta esfera são significativas.

Em consonância, OG também prefere tratar o que é colocado como entrave a partir da esfera econômica de atuação do estado no cenário de instabilidade do país, em detrimento da mobilização de ideias-força associadas ao campo semântico do conservadorismo moral bolsonarista, conforme observamos no trecho a seguir.

Bolsonaro fez um correto contraponto a uma campanha acirrada, radicalizada, em que sofreu um atentado à faca. Falou em pacto, prometeu trabalhar para “construir uma sociedade sem discriminação ou divisão”, referência que remete à atmosfera de ódio que acompanhou momentos da campanha e da qual ele foi um dos protagonistas. **Ao discursar do parlatório, o presidente, de forma compreensível, usou um diapasão ideológico. Mas, para governar, precisará descer do palanque.**

(Acenos positivos ao entendimento e ao fim das divisões, OG, 02/01/2019, grifo nosso)

Após a posse de Jair Bolsonaro, o editorial destacou a radicalização da campanha eleitoral, o atentado sofrido pelo presidente e comentou seu discurso na Câmara. O jornal observou o “diapasão ideológico” presente nas falas de Bolsonaro e notou a clareza com que ele abordou as pautas de seu grupo político. Embora não tenha criticado diretamente o corolário ideológico do presidente, enfatizou a importância de ele “descer do palanque” e abandonar práticas de “discriminação” e “divisão” para uma governança eficaz, demonstrando desaprovação aos métodos políticos bolsonaristas. Tanto OESP quanto OG salientaram a importância de priorizar questões tidas como mais relevantes em detrimento de pautas ligadas ao conservadorismo moral. Ambos ressaltaram o papel da “democracia”

para superar os desafios enfrentados, com OG sugerindo uma “coordenação política competente com o Congresso” como solução.

Princípios neoliberais como elemento central

O campo semântico que reúne o maior número de ideias-força mobilizadas nos editoriais de OESP e OG diz respeito ao que chamamos de princípios neoliberais. Este campo refere-se a uma tipologia na qual reunimos as principais posições dos periódicos, normalmente relacionadas a um discurso de austeridade econômica, diminuição da participação do Estado na economia, ajuste fiscal etc. Embora ambos os jornais tenham acionados sentidos ligados a estas ideias-chave, evidenciamos que OESP foi mais propositivo no sentido de diagnosticar, à sua visão, as principais ‘enfermidades’ a serem ‘curadas’ pela administração dos remédios econômicos, normalmente relatando relações de causa e efeito na tentativa de “evitar o colapso das contas nacionais”.

[...] o mais importante neste momento é concentrar esforços para reformar a Previdência e racionalizar drasticamente os gastos públicos, medidas que normalmente são impopulares. Sem isso, o País não atrairá os investimentos que se traduzem em empregos.

[...]

Também é notório que a política de correção do salário-mínimo, hoje bastante generosa, terá de ser revista, o que provavelmente terá repercussão negativa entre os milhões de trabalhadores que estão nessa faixa de remuneração, sem falar dos aposentados cujo benefício é reajustado por esse indicador.

(A missão de Bolsonaro, OESP, 01/01/2019, grifo nosso)

Uma relação de causa pode ser estabelecida a partir da Reforma da Previdência e da racionalização dos gastos públicos, sem os quais, segundo o jornal, “o país não atrairá os investimentos que se traduzem em emprego”. O tom de ameaça revela possíveis efeitos deletérios à economia em caso de não aprovação das referidas matérias. O editorial afirma em ambos os trechos que estas matérias são “impopulares” e que elas terão “repercussão negativa entre os milhões de trabalhadores” porque tem consciência dos efeitos e da extensão deste tipo de medida, no segundo caso, referindo-se à política de correção do salário-mínimo.

Antes disso, no entanto, o jornal critica o “engessamento do orçamento” por rubricas fixas e sugere o corte de gastos onde eles não seriam necessários. OESP, argumenta que a proposta geraria uma “zanga das corporações”, que estariam contentes

com a distribuição do Orçamento, sem especificar quais seriam esses grupos privilegiados. Para mitigar esse efeito colateral, sugere combater a "tradição patrimonialista" que impede o progresso do país. Em seguida, menciona os servidores públicos como uma despesa fixa significativa, desencorajando novos aumentos salariais e destacando o potencial desgaste com o presidente.

Conforme o editorial, a prioridade era “concentrar esforços para reformar a Previdência e racionalizar drasticamente os gastos públicos”, redução das despesas primárias “em R\$ 148,8 bilhões, ou 0,5% do PIB”, revisão da “política de correção do salário-mínimo, hoje bastante generosa” e modificação da “política de subsídios e incentivos fiscais”. Ao falar para um público especializado, o editorial demonstra claramente suas preocupações ao afirmar que é a “solidez dos fundamentos da economia que assenta todo o edifício de um bom governo”. A ativação do campo semântico dos princípios neoliberais foi abundante na medida em que o jornal fez apontamentos sobre os pontos prioritários sobre os quais o novo governo deveria concentrar suas energias, todos alinhados à ideias-força como o ajuste fiscal, redução de gastos com políticas públicas e da estrutura do estado.

Em OG, o mesmo discurso apresenta recorrências, na medida em que o jornal demonstrou adesão à pauta da Reforma da Previdência, criticou as políticas públicas oferecidas pelo estado e a sua carga tributária. Em consonância com OESP, também faz referência às “corporações”, mas apontou os militares – grupo do qual Bolsonaro faz parte e tem como aliado – como um dos grupos interessados, sugerindo e pautando que seu ‘sistema de seguridade também precisa ser reformado’.

Na verdade, cai sobre seu governo um **Estado que exerce enorme peso sobre a sociedade — expropria por impostos cerca de 35% do PIB e mesmo assim gasta mais do que isso —, presta serviços de baixa qualidade e, na redistribuição do que arrecada, ainda comete injustiças sociais.** Concentra renda, como na Previdência.

Bolsonaro poderá fazer uma gestão histórica se reformar o Estado, o que implica **atualizar as regras da Previdência, mas não só. Precisar, nesta tarefa, enfrentar fortes corporações, inclusive a própria, dos militares, cujo sistema de seguridade também precisa ser reformado.**

(Acenos positivos ao entendimento e ao fim das divisões, OG, 02/01/2019, grifo nosso)

No trecho destacado, o OG questiona “o tamanho do Estado”, premissa básica de ideias-força neoliberais, ao afirmar que “estado que exerce enorme peso sobre a sociedade”. Para se referir à carga de impostos de cerca “de 35% do PIB” cobrada, o editorial afirma que o estado “expropria”. Na sequência, o jornal reitera que mesmo com

esta taxaço, considerada abusiva, o estado “gasta mais” e “presta serviços de baixa qualidade e, na redistribuiço do que arrecada, ainda comete injustiças sociais”. Diante deste quadro sugerido pelo jornal, o estado aparece como uma instituiço excessivamente grande, com retornos baixos no que diz respeito aos serviços públicos e ineficiente quanto à redistribuiço, isto é, como um causador de “injustiças social” e que “concentra a renda”.

Considerações finais

Para estabelecer as bases da discutir o fenômeno de emergência da direita e a circulação de sentido em jornais de referência, mobilizamos um aparato teórico que nos permitiu debater a heterogeneidade e a complexidade que envolvem as direitas no Brasil. Esta discussão se conectou à importância da mediação nas democracias contemporâneas, considerando a demanda pública por informação e a estrutura midiacentrada com a qual o país convive. A ascensão desta “nova” direita ocorre, conforme vimos, em âmbito mundial, mas também ganhou roupagens particulares em nosso país, na medida em que seus intelectuais foram absorvidos pelo mercado editorial e pelos grandes jornais brasileiros, frequentemente associados à direita.

Na análise dos editoriais de O Estado de S. Paulo e O Globo durante a posse de Jair Bolsonaro, buscamos entender como a opinião desses jornais mobilizava ideias-força para a articulação de variados campos semânticos da direita, tal como representados por atores e grupos políticos desse espectro. Levantamos a hipótese de existência de valores comuns entre estas instâncias e os veículos de comunicação nas peças analisadas.

A análise dos campos semânticos do antipetismo, conservadorismo moral e princípios neoliberais permitiu a constatação de uma confirmação, pelo menos parcial, da hipótese. Observamos, assim, continuidades discursivas entre os campos semânticos do antipetismo e neoliberalismo. Porém, os jornais apresentaram um distanciamento das questões morais associadas à “onda conservadora” emergente.

A análise dos periódicos revelou que ambos construíram um cenário de “terra arrasada”, no qual o campo da esquerda e, especialmente o PT, foram responsabilizados pela corrupção, pelo desgaste político e pelo uso de terapias estatistas do que se chamou em certo momento, ainda que sem definições mais estreitas, de nacional-populismo de esquerda. Desta forma, a mobilização de algumas gramáticas do antipetismo preparou terreno, por meio da problemática de um país em crise, para o oferecimento de saídas

atreladas ao ideário neoliberal que está presente, em boa medida, na discussão proposta pelos respectivos jornais. Conforme havíamos salientado, corrupção, crise econômica, impeachment e bolivarianismo foram algumas das ideias-força verificadas por Messenberg (2017), das quais apenas a última não foi mobilizada.

Após o diagnóstico das enfermidades e dos principais agentes responsáveis, os editoriais propuseram diferentes remédios, ora aconselhando Bolsonaro e sinalizando de forma imperativa para questões como o peso do Estado e a aprovação da Reforma da Previdência, ora propondo distanciamento em relação às pautas morais ligadas à educação. À semelhança dos conselhos de Maquiavel em *O Príncipe*, os periódicos recomendaram prudência ao presidente, tratado como uma figura pitoresca dos submundos da política, com desafios que perpassavam a cruzada moral assumida em campanha e desafiavam sua capacidade de conduzir a reconstrução de um país devastado por uma esquerda fisiológica. Afinal, ele não era exatamente o perfil desejado, conforme verificamos, mas o fruto de uma de convulsões que ganharam forma e corpo nas ruas e atingiram as instituições.

Os jornais afastaram pautas do conservadorismo moral, comuns ao fenômeno da “nova” direita em diversos países; temas como família e religião não são diretamente abordados, deslocando o foco para a necessidade de evitar cruzadas morais, particularmente contra professores. Curiosamente, a operação Lava-Jato foi pouco mencionada, exceto como capital simbólico do então ministro Sérgio Moro, indicando que os jornais optaram por se distanciar desses debates ou não consideraram a Lava-Jato um desafio iminente para o presidente.

Nossa análise conclui que os editoriais, em um diálogo quase institucional com o Executivo e, em menor medida, com a sociedade, adaptaram os campos semânticos propostos, empregando a linguagem do antipetismo e princípios neoliberais. A adoção de temas do campo semântico do conservadorismo moral visou direcionar Bolsonaro para temas econômicos, considerados mais relevantes pelos jornais. Assim, fica evidente que uma associação automática entre direitas e jornais pode ser equivocada, ao mesmo tempo em que é imprudente ignorar a influência mútua na construção de discursos, como observamos em relação ao antipetismo e a princípios neoliberais.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Afonso; DIAS, Márcia. Propaganda política e a construção da imagem partidária no Brasil. Porto Alegre: **Civitas**, v.2, nº 2, dez, 2002, pp.309-326.

AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie Corrêa. Judicialização da política no Brasil: ver além do constitucionalismo liberal para ver melhor. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s.l.], n. 15, p.69-94, dez. 2014.

AZEVEDO, Fernando. **A grande imprensa brasileira: paralelismo político e antipetismo (1989-2014)**. 2016. Tese (obtenção de cargo de professor titular) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: A crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 127 p.

CASTELLS, Manuel. **The rise of the Networked Society**. 2.ed. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2009. 656 p.

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. Intelectuais da ‘nova direita’ brasileira: ideias, retórica e prática política. **Insight Inteligência**. Rio de Janeiro, v. 1, p. 25-42, 2016.

DREYFUS, R. A. **1964**: a conquista do Estado: poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **O jogo da direita na Nova República**. Petrópolis: Vozes, 1989.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. **Política & Sociedade**, [s.l.], v. 17, n. 40, p.43-64, 29 mar. 2019. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n40p43>.

GRAVES, Lucas. **Deciding what's true**: fact-checking journalism and the new ecology of news. Columbia University, 2013.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e democracia**: problemas e perspectiva. São Paulo: Paulus, 2008.

HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. **Comparing media systems beyond western world**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 72-95, 2012.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

KAYSEL, André. Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS,

Gustavo (org.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 49-74.

LAMOUNIER, Bolívar. O pensamento autoritário na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira**. v.10, tomo III. Rio de Janeiro: Bertrand/Brasil, 1977.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1978), Paradigma e História: A Ordem Burguesa na Imaginação Social Brasileira. A Práxis Liberal no Brasil: Propostas para a Reflexão e Pesquisa. In: **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**. São Paulo, Duas Cidades, pp. 15-63.

LEVITSKY, Stephen; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Zahar, 2018.

LIMA, Venício de. A direita e os meios de comunicação. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita Volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 49-74.

_____. **Revisitando as sete teses sobre mídia política no Brasil**. In: Comunicação & Sociedade, Ano 30, n. 51, jan./jun, 2009, pp. 13-37.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. **Os partidos conservadores no Brasil: quem são e o que querem?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MAITINO, Martin Egon. Direita, sem vergonha. **Revista Plural**, [s.l.], v. 25, n. 1, p.111-134, 14 ago. 2018.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Ano 10, n. 29, out 1995.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 32, pp.621-647, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe.; COUTINHO, A. D. A. A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 1, pp. 97-123, 2007.

MONT’ALVERNE, Camila. A quem se dirigem os editoriais? Um estudo acerca de personagens e instituições mencionadas pelos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s.l.], n. 23, p.7-34, ago. 2017.

O ESTADO DE S. PAULO. A missão de Bolsonaro. **Notas e informações**, 1 jun. 2019. Disponível em: < <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,a-missao-de-bolsonaro,70002662567> >. Acesso em: 26 jun. 2024.

O GLOBO. Acenos positivos ao entendimento e ao fim das divisões. **Editorial**, 2 jul. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniaio/acenos-positivos-ao-entendimento-ao-fim-das-divisoies-23339675>>. Acesso em: 26 jun. 2024.

PALACIOS, Marcos. Fake news e a emergência das agências de checagem: terceirização da credibilidade jornalística. In: MARTINS, Moisés de Lemos; MACEDO, Isabel (Ed.) **Políticas da língua, da comunicação e da cultura no espaço lusófono**. Vila Nova de Famalicão: Edições Humus (2019): 77-92.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018

SILVEIRA, Luciana. **Fabricação de ideias, produção de consenso**: estudo de caso do Instituto Millenium. 2013. 206 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. **As contradições do Lulismo**: a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.

SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. In: **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, v.1, p. 307-322.

STAROBINSKI, Jean. **Ação e reação**: vida e aventuras de um casal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TENÓRIO, Giliard Gomes. Propaganda Partidária Gratuita: dilemas e implicações sobre os partidos políticos e a comunicação política brasileira. **Revista Compolítica**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 85-108, 2011.

TUCHMAN, Gaye. **Making news**: A study in the Construction of Reality. New York: Free Press, 1978.

VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita Volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

WARD, Stephen J. A. **Ethical Journalism in a Populist Age**: The democratically Engaged Journalist. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2018.